

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

Desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e pobreza: Uma recuperação conceitual

Marcella Fleming Geraldo¹; [0000-0002-9253-9710](tel:0000-0002-9253-9710)

Hélio de Lena Júnior¹; [0000-0002-2719-2087](tel:0000-0002-2719-2087)

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
mmflmg@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a investigar algumas categorias, tais como: desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, pobreza. Para tanto, se fez necessário observar que o processo de desenvolvimento foi apenas uma licença poética para a noção de crescimento. Em não havendo distribuição justa de renda, o que se verifica é apenas uma concentração de renda nas mãos de alguns. Isto posto, ao voltarmos aos conceitos que intitulam este artigo, pretende-se compreender como tais conceitos foram aplicados na vida material.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Neodesenvolvimentismo. Modernização. Pobreza. Desigualdade.

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

INTRODUÇÃO

O que se denomina desenvolvimentismo correspondeu a uma corrente de ideias acerca das provocações e dilemas vividos, no Brasil e nas demais economias latino-americanas, que desde o princípio viveram em um ciclo vicioso de dependência e subdesenvolvimento.

Como modelo econômico, o desenvolvimentismo defendia que o crescimento do país dependia diretamente da quantidade de investimento e da produtividade ofertada pelo capital – ambos ligados à injeção de investimentos internacionais. Dessa forma, o capital estrangeiro era compreendido como uma condição essencial para que o país conseguisse superar o subdesenvolvimento com a participação de investimentos diretos, empréstimos e financiamentos.

Por outro lado, como ideologia, o desenvolvimentismo defendia que o crescimento aconteceria de uma forma autônoma do sistema capitalista, valorizando a riqueza e a grandeza nacional, a ordem e a segurança.

MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa centrou-se pelo prisma qualitativo, mediante a um levantamento bibliográfico, objetivou-se encontrar aquelas referências que dialogassem com o tema do desenvolvimento, bem como neodesenvolvimentismo, a fim de compreender como se operou na literatura a questão da transferência de renda, como como sua distribuição.

Não havendo pesquisa com seres humanos ou com animais, não se fez necessário apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos e ao Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um marco temporal que devemos usar é aquele dado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). A política de Estado desencadeou uma profunda transformação econômica do país e, também, consolidou o investimento estrangeiro nos campos políticos, culturais e econômicos.

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

A partir do ponto de vista de JK, dos técnicos, políticos e intelectuais atuantes no governo; o Brasil só conseguiria ser um país soberano se alcançasse a aceleração do crescimento econômico. Dessa forma, o conceito de soberania era compreendido como um equivalente da autodeterminação, seguindo a lógica de que somente países ricos exerceriam plenamente sua soberania, e, conseqüentemente, ditariam seu futuro.

A ideia de prosperidade, alcançada a partir do desenvolvimento, coadunaria com a noção da ordem como uma forma de manutenção da democracia.

Os desenvolvimentistas entendiam que a segurança nacional seria a segurança de todo o Ocidente. Dessa forma, o Estado não ficaria ‘preso’ na defesa de sua integridade; mas, primordialmente, estaria pronto para defender as ideias contrárias. Apareceria, em cena, o nacionalismo exacerbado pelos desenvolvimentistas. Que consideravam o movimento contra as ideologias estrangeiras como a luta de países pobres contra a exploração oriunda de países ricos.

A aposta desenvolvimentista também trazia a ideia de “grandeza” como uma forma de predestinação. A superação do subdesenvolvimento faria com que o país ocupasse um lugar de destaque no mundo; já que, à época, ainda podíamos afirmar que éramos detentores de uma imensa riqueza natural, assim como os valores tradicionais do povo.

O “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha Pré-revolução brasileira (1961) (Arquivo Celso Furtado, 1970).

Não obstante, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006; 2010) ao analisar as experiências latino-americanas ocorridas durante o século XX, observou que o desenvolvimentismo seria definido como uma estratégia deliberada da política econômica para a promoção do desenvolvimento econômico a partir do impulso da industrialização nacional. Como características desta política econômica Bresser-Pereira destacou:

i) o nacionalismo como ideologia, uma vez que a estratégia significa a afirmação do Estado nacional e de suas instituições; ii) aglutinação em sua defesa de segmentos sociais, como empresários, trabalhadores, classes

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

médias e burocracia estatal, esta última recrutada por critérios meritocráticos; iii) industrialização orientada pelo Estado mediante a substituição de importações, que lançava mão de instrumentos como poupança forçada para realizar investimentos e de política industrial, muitas vezes com caráter protecionista; e iv) ambiguidade em relação aos déficit públicos e em conta corrente, bem como complacência em relação à inflação.

O desenvolvimentismo seria, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se afirmariam pelo devaneio de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional.

Todavia, a ideia de um desenvolvimento nunca morreu na sociedade brasileira. Se durante o regime civil-militar de 1964 somos capazes de observar o aprofundamento da ideia pelo viés reacionário; nos anos 2000, surgiria uma nova forma: O neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo.

Este desenvolvimentismo redivido foi um acontecimento nacional, que teve seus conceitos totalmente ligados as particularidades da economia e da política brasileiras durante a segunda metade dos anos 2000. A tal “novidade” justificaria o nome e seriam atribuídas qualidades já conhecidas do desenvolvimentismo dos anos 50.

Para Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo seria mais do que uma nova tendência do pensamento econômico, por estar diretamente relacionado aos enredos que vem se repetindo no país: a disputa do controle político e econômico entre os monetaristas, que são como o braço direito do neoliberalismo; e os “desenvolvimentistas”, que se autoproclamam como braço esquerdo da ordem. Para os defensores do capital privado, a associação da industrialização de forma condicional era essencial para que pudesse haver a superação da pobreza, que por sua vez era atravessada por uma política protecionista e com planejamento de intervenções estatais.

Durante os anos 2000, com a retomada do crescimento econômico mesmo que de forma modesta após anos de estagnação, presenciáramos a retomada do poder aquisitivo da população ainda que de forma modesta.

Com essa melhoria na condição de vida com a ajuda dos programas de distribuição de renda, presenciemos o incentivo ao consumo desenfreado das famílias – o que

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares



consequentemente levou uma parcela da população ao endividamento durante um período de recessão mundial. O neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos, talvez os mais ingênuos que acreditam no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira.

Coincidentemente, apesar do novo padrão comportamental apresentadas durante este período, alguns economistas exigiam que procurassem uma terceira via para que pudessem evitar cumplicidades entre aqueles que viviam de rendimentos – o que era visto como algo inaceitável remanescente do desenvolvimentismo, trazendo consigo um nacionalismo que contrariava os acordos da época, e que flertava com a subserviência a inflação e ao populismo fiscal.

É neste sentido que conceituar pobreza tende a uma tarefa complexa e nem sempre fácil. Além de não ter uma única definição universalmente aceita, na maioria das vezes. Subentende-se como uma forma de juízo de valor ou até mesmo uma característica inerente da trajetória do ser humano, determinada a partir da lógica de vida de cada país.

Economicamente falando, a pobreza é uma condição que atinge indivíduos com um nível de renda inferior ou consumo per capita familiar abaixo do mínimo essencial para a reprodução da vida e suprimento das necessidades básicas. Essa delimitação é chamada “linha de pobreza”.

Como as necessidades básicas se adaptam as mais diversas variações ao longo do tempo, conseguir satisfazê-las também variam de acordo com o nível de desenvolvimento, valores e normas socioculturais. Dessa forma, cada país adota uma forma de delimitação e enfrentamento de suas linhas de pobreza.

O conceito de pobreza relativa é entendido como a realidade em que o indivíduo, ao ser comparado com outras camadas da sociedade, tem menos atributos do que aqueles considerados desejáveis: renda, emprego ou poder. Dessa forma, a linha da pobreza relativa pode ser delimitada a partir do cálculo da renda per capita de parte da população – mas, ao mesmo tempo, acaba sendo uma análise incompleta já que não deixa margem para noções como a de destituição absoluta, requisito básico para

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

que possamos conceituar a pobreza; assim como uma certa ambiguidade no uso indiscriminado dos termos 'pobreza' e 'desigualdade' – que não são sinônimos.

Quando falamos do conceito de pobreza absoluta, ainda de acordo com Crespo e Gurovitz (2002), o foco principal é fixado nos padrões considerados mínimos ou suficientes de necessidades, transformando as partes da população que não conseguem atingir este nível suficiente ou mínimo para a reprodução da vida em porcentagem. Vejamos a citação:

Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos [...] é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam [...] o das necessidades básicas ou o dos salários-mínimos. [...] Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque dos salários-mínimos lida com a ideia de que exista um salário-mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo. (CRESPO E GUROVITZ, 2002. P. 4)

No Brasil, durante os anos 2000, com o crescimento econômico, a consolidação do mercado formal de trabalho, a ampliação do salário-mínimo e a expansão significativa das políticas sociais contribuíram para o acréscimo de renda para a população mais pobre do país. A partir desse marco, conseguimos com que cerca de 80% da desigualdade fosse “controlada” no período entre 2003 e 2013 segundo o Banco Mundial. Um grande exemplo disso foi a criação do agora inexistente programa Bolsa Família, que durante esse período foi o principal programa de transferência de renda do país – e responsável pela redução de 10 a 15% da desigualdade de renda durante esse período.

CONCLUSÕES

Do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo o centro nervoso seriam a modernização (conservadora) e a superação da pobreza. Entretanto, nenhuma das duas coisas acontecerem. De um lado, temos uma modernização que se concentrou no sudeste brasileiro, desequilibrando o crescimento nacional. Por outro lado, temos que, por mais que o desenvolvimentismo objetiva-se a superação da pobreza, as

Tudo é Ciência: do Big Bang ao Metaverso

1º Congresso Brasileiro de Ciência
e Saberes Multidisciplinares

desigualdades não foram atenuadas; muito pelo contrário, foram aprofundadas vertiginosamente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

CRESCO, Antônio Pedro Albernaz; e GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE eletrônica [online]. 2002, v. 1, n. 2 [Acessado 15 Setembro 2022], pp. 1-12. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>>. Epub 10 Set 2010. ISSN 1676-5648. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>.

LAMOSO, Lisandra Pereira. "Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. Sociedade & Natureza [online]. 2012, v. 24, n. 3 [Acessado 6 julho 2022], pp. 391-403. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300002>>. Epub 11 Jan 2013. ISSN 1982-4513. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000300002>.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal do que se trata? Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade [online]. 2012, n. 112 [Acessado 28 junho 2022], pp. 672-688. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>>. Epub 07 nov. 2012. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>.